

CAPÍTULO 13

MULHERES TRANSSEXUAIS E TRAVESTIS PÕEM A CARA NO SOL: CALEIDÓSCOPIO DA SEXUALIDADE NO CAMPO

Jufran Alves Tomaz

Professor na Rede Municipal de Ensino em Arez – RN, desde 2009. Mestrando em Educação pela Faculdade de Teologia e Ciências (FATEC) e a THEOLOGY & SCIENCES INSTITUTE OF FLORIDA (ITS – USA).

Coautores: Alberany Alves Tomaz

Graduado em Letras – Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e em Letras – Língua Espanhola pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI).

Edilson Martins Bezerra (IN MEMORIAM)

Atuou por mais de trinta anos como TECNICO DE NIVEL MEDIO –TNM e/ou APOIO ADMINISTRATIVO no CEDUC/CASEF/FUNDASE- RN. Bacharel em Serviço Social - Universidade Paulista – UNIP. Faleceu em 06/02/2025 antes de ver esse trabalho publicado, um desejo que agora resolvemos tornar realidade “In Memoriam”.

Luiza Marte Ferreira

Professora na Rede Municipal de Ensino em Santana do Matos – RN. MESTRA EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - Instituto Superior de Educação Professora Lúcia Dantas – ISEL.

RESUMO

O estudo analisa as contribuições das mulheres transexuais e travestis em espaços rurais/campo, evidenciando uma reflexão conceitual sobre sexualidade, aspectos socioculturais, diferenças e desigualdade com interpretação de textos, falas e interações. O objetivo deste trabalho é justamente contribuir para práticas na sociedade em que promovam um convívio saudável e respeitoso com essa parcela da população brasileira, por vezes, invisibilizada duas vezes mais; em primeiro lugar por não se sentirem adequadas ao gênero que receberam no nascimento e em segundo, são estigmatizadas “pelo preconceito de lugar” (por morarem em espaços rurais). Além de verificar as dificuldades enfrentadas por essas mulheres transexuais e travestis a partir de contextos diversos, em especial a (con)vivência no campo enquanto território onde as mesmas demonstram representatividade no mercado de trabalho – trabalhando na agricultura de subsistência, buscar ampliar o debate sobre a transexualidade, especialmente, acerca da utilização do nome social, e refletir sobre os estereótipos, os preconceitos e as discriminações vivenciadas constantemente por essas mulheres. A pesquisa assume caráter bibliográfico, qualitativo, adotando a prática social com base nas histórias de vida de três mulheres transexuais/travesti

residente na zona rural de Canguaretama – RN. Para reflexão aqui apresentada, subsidio-me da escrita e reescrita de autores como AZEVEDO (2020), FREIRE (1996), JOSSO (1987), GIL (1995) entre outros, para análise conceitual e de interesse pela temática. Os dados obtidos apontam para a necessidade de maior reconhecimento e de ampliação ao acesso de políticas públicas voltadas para mulheres transexuais/travesti em espaços rurais nos municípios do nosso país, como forma de garantir a cidadania plena, àquelas que colocam a “cara no sol” todos os dias.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Rural; Travesti.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as discussões sobre diversidade sexual e de gênero têm se ampliado nos campos da educação, das ciências sociais e da saúde, contribuindo para a problematização de processos históricos de patologização, exclusão e violência dirigidos às identidades trans. Contudo, observa-se que a produção acadêmica permanece fortemente concentrada nos contextos urbanos, o que resulta na marginalização analítica das experiências vividas em territórios rurais. O campo segue, em grande medida, representado como espaço homogêneo, tradicional e heteronormativo, o que reforça silenciamentos e invisibiliza a pluralidade de corpos, sexualidades e modos de existência que o atravessam.

Nesse cenário, mulheres transexuais e travestis que vivem no meio rural enfrentam processos específicos de exclusão social. Às violências estruturais que atingem a população trans somam-se o isolamento geográfico, o acesso restrito a políticas públicas, a fragilidade das redes institucionais e o controle moral característico de comunidades pequenas. Conforme aponta Azevedo (2020), o “preconceito de lugar” atua como mecanismo de hierarquização de sujeitos e territórios, produzindo uma dupla marginalização: por identidade de gênero e por pertencimento territorial. Tal condição impacta diretamente as possibilidades de escolarização, inserção laboral, acesso à saúde e exercício da cidadania.

Diante desse quadro, este artigo busca responder à seguinte questão: de que maneira mulheres transexuais e travestis vivenciam sua identidade de gênero em espaços rurais e quais desafios e estratégias de resistência emergem de seus cotidianos? O objetivo geral consiste em analisar histórias de vida de mulheres trans e travestis residentes no campo, refletindo sobre sexualidade, trabalho, cidadania e políticas públicas a partir de suas narrativas.

Como primeiro objetivo específico, propõe-se discutir os fundamentos conceituais que articulam gênero, sexualidade e território, compreendendo o gênero como relação social e dispositivo de poder, e a ruralidade como categoria histórica, política e cultural. Busca-se, assim, tensionar perspectivas naturalizantes e urbanocêntricas, evidenciando que as

experiências trans são socialmente produzidas e atravessadas por disputas simbólicas e estruturais.

O segundo objetivo consiste em compreender as dificuldades enfrentadas por essas mulheres no meio rural, considerando dimensões como escolarização, trabalho, relações familiares, acesso a serviços públicos e vivências de violência. Esse eixo analítico visa evidenciar como o território conforma vulnerabilidades específicas, ao mesmo tempo em que possibilita a construção de estratégias de permanência, resistência e reinvenção dos papéis sociais.

O terceiro objetivo problematiza o direito ao nome social como elemento central da cidadania. Parte-se da compreensão de que seu reconhecimento ultrapassa o plano administrativo, constituindo condição para o acesso a direitos e para a permanência em instituições. No meio rural, onde a presença do Estado é frequentemente limitada, a negação desse direito intensifica processos de exclusão e violência institucional.

Por fim, o quarto objetivo busca evidenciar a necessidade de políticas públicas interseccionais que articulem gênero, sexualidade e território. Defende-se que políticas universalistas, quando desconsideram as especificidades das ruralidades, tendem a não alcançar mulheres trans e travestis do campo, reforçando desigualdades históricas. Assim, o artigo propõe refletir sobre a urgência de ações integradas nas áreas da saúde, educação, trabalho e direitos humanos.

Ao inscrever as experiências de mulheres transexuais e travestis do campo como fonte legítima de conhecimento, este estudo se afirma como prática ética e política, comprometida com a ampliação dos marcos analíticos sobre gênero e ruralidades e com a produção de visibilidade para sujeitos historicamente silenciados.

SEXUALIDADE, GÊNERO E RURALIDADE: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

A categoria gênero, conforme Scott (1995, p. 75–78) constitui-se como elemento central para compreender as relações de poder que organizam a sociedade. Gênero não se reduz à diferença biológica entre os sexos, mas diz respeito a um conjunto de significados, normas e expectativas socialmente produzidas. Nesse sentido, as identidades trans desestabilizam concepções essencialistas ao evidenciarem que o corpo não determina, de forma fixa, os modos de ser mulher ou homem.

Bento (2017, p. 39–44) afirma que a experiência transexual revela a artificialidade das normas que pretendem naturalizar o gênero. A patologização histórica dessas existências produziu exclusões sistemáticas nos campos da saúde, educação e trabalho, transformando corpos trans em alvos preferenciais de violências institucionais.

Louro (2018, p. 18–23) acrescenta que as sexualidades dissidentes tensionam fronteiras simbólicas e expõem o caráter político da norma. Não

se trata apenas de vivências individuais, mas de disputas por reconhecimento e pertencimento.

Quando tais experiências se situam no meio rural, novos atravessamentos emergem. A ruralidade, longe de ser homogênea, constitui-se como espaço plural, atravessado por desigualdades de classe, raça, gênero e geração. Contudo, o imaginário social ainda associa o campo a padrões rígidos de moralidade, o que reforça processos de silenciamento.

Segundo Azevedo (2020), o “preconceito de lugar” funciona como tecnologia de exclusão, inferiorizando sujeitos e territórios. Assim, pensar a transexualidade no campo implica reconhecer que gênero e sexualidade se constroem em diálogo com o território, produzindo modos específicos de subjetivação.

Nesse sentido, articular gênero e sexualidade às ruralidades implica deslocar leituras que tratam o campo apenas como espaço de atraso ou tradição. Conforme apontam estudos contemporâneos sobre ruralidades, o meio rural é atravessado por dinâmicas culturais, fluxos de informação, conflitos e reinvenções identitárias. Reconhecer mulheres transsexuais e travestis como sujeitas do campo significa afirmar que esses territórios também produzem dissidências, afetos e experiências que desafiam modelos normativos de corpo, família e trabalho.

A intersecção entre gênero, sexualidade e território permite, ainda, evidenciar que as opressões não operam de forma isolada. Elas se imbricam as desigualdades de classe, às heranças coloniais, ao racismo estrutural e às assimetrias no acesso a políticas públicas. Assim, a experiência de mulheres trans no campo é marcada por uma dupla marginalização: por romperem normas de gênero e por viverem em territórios historicamente desassistidos. Essa condição interseccional produz vulnerabilidades específicas, mas também formas singulares de resistência.

Por fim, compreender a ruralidade como categoria analítica implica reconhecê-la como produtora de subjetividades. O território não é apenas cenário, mas elemento constitutivo das identidades, dos modos de sociabilidade e das estratégias de sobrevivência. Pensar sexualidade e gênero a partir do campo, portanto, amplia os marcos conceituais dos estudos de gênero, ao evidenciar que as experiências trans não se constroem apenas nos grandes centros urbanos, mas também nos espaços rurais, onde assumem contornos próprios, atravessados pela vida comunitária, pelo trabalho com a terra e por relações intensas de visibilidade e controle social.

HISTÓRIAS DE VIDA, PRÁTICA SOCIAL E PRODUÇÃO DE SABERES

A opção metodológica pelas histórias de vida fundamenta-se na perspectiva de Josso (1987), para quem narrar a própria trajetória constitui um processo formativo, no qual o sujeito reorganiza sua experiência, atribui sentidos e produz conhecimento. As narrativas permitem compreender como os indivíduos constroem significados sobre si e sobre o mundo, articulando dimensões pessoais e coletivas.

Freire (1996, p. 87–90) destaca que a escuta das histórias de vida é um ato político, pois rompe com a lógica bancária do conhecimento e reconhece os sujeitos como protagonistas. Ao narrar, mulheres transexuais e travestis no campo não apenas relatam dores, mas afirmam existências, produzem memória e constroem resistência.

As histórias de vida possibilitam, ainda, compreender a complexidade das relações sociais, evidenciando como o preconceito se manifesta nas instituições, nas famílias, no trabalho e nos serviços públicos. Elas revelam também estratégias de enfrentamento, solidariedade comunitária e reinvenção cotidiana.

Nesse sentido, as histórias de vida constituem-se como importantes dispositivos de produção de saberes situados, ao evidenciarem conhecimentos forjados na experiência e na relação com o território. As narrativas das participantes revelam aprendizagens construídas no cotidiano do campo, nos vínculos familiares, nas redes de sociabilidade e nas estratégias de sobrevivência. Trata-se de saberes que tensionam epistemologias hegemônicas e reivindicam o reconhecimento das vozes historicamente silenciadas.

Além disso, ao serem compreendidas como prática social, as histórias de vida ultrapassam a dimensão descritiva e assumem caráter crítico e emancipatório. Elas permitem identificar contradições, assimetrias de poder e mecanismos de exclusão, ao mesmo tempo em que visibilizam processos de subjetivação, agência e criação de alternativas. Nesse movimento, narrar-se torna também uma forma de intervir simbolicamente na realidade.

Por fim, a produção de saberes a partir das histórias de vida contribui para ampliar os referenciais da pesquisa em educação, gênero e ruralidades. Ao inscrever as experiências de mulheres transexuais e travestis no campo como fonte legítima de conhecimento, o estudo reafirma a centralidade da escuta, do diálogo e da valorização das trajetórias como fundamentos ético-políticos da investigação. Assim, as narrativas deixam de ser apenas objeto de análise e passam a constituir-se como lugares de elaboração teórica, memória social e afirmação de direitos.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, conforme Gil (1995, p. 58–62), por buscar compreender sentidos, experiências e processos sociais a partir das narrativas das participantes. O estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica e na construção de histórias de vida, estratégia metodológica que possibilita apreender dimensões subjetivas e socioculturais das trajetórias investigadas.

Foram elaboradas histórias de vida de três mulheres residentes na zona rural do município de Canguaretama–RN, sendo uma travesti e duas mulheres transexuais. As participantes são apresentadas por meio de pseudônimos – Débora, Lohanne e Jô – a fim de preservar suas identidades e garantir princípios éticos de confidencialidade. As personagens/autoras são

inspiradas em realidades recorrentes no meio rural, construídas a partir de relatos que expressam experiências sociais concretas.

As histórias de vida, conforme Josso (1987, p. 34–36), constituem-se como práticas formativas, epistemológicas e políticas, permitindo compreender fenômenos sociais a partir das experiências narradas. As falas foram organizadas em eixos analíticos: identidade, escolarização, trabalho, violências de gênero e projetos de futuro, o que possibilitou estruturar a interpretação dos dados.

A análise desenvolveu-se por meio de leitura compreensiva e interpretativa das narrativas, articulando os relatos das participantes com a produção teórica da área. As falas foram compreendidas não como experiências isoladas, mas como expressões de processos históricos, sociais e territoriais mais amplos, permitindo evidenciar as condições de vida, as estratégias de resistência e os modos de produção de subjetividades de mulheres trans e travestis no meio rural.

VIVÊNCIAS NO CAMPO: IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E EXCLUSÃO

Os relatos evidenciam que o processo de reconhecimento da identidade de gênero ocorre, frequentemente, em contextos marcados por conflitos familiares e religiosos. A forte presença de valores conservadores produz experiências precoces de vigilância, controle e repressão.

Débora, 38 anos, trabalhadora da agricultura familiar, descreve o campo como espaço de pertencimento e vigilância:

“Aqui todo mundo se conhece. Antes mesmo de eu entender quem eu era, já estavam me dizendo quem eu não podia ser. Aprendi cedo a baixar a cabeça pra não apanhar.”

Sua narrativa evidencia como a dominação masculina estrutura as relações no campo, produzindo controle sobre corpos dissidentes. A família e a igreja aparecem como instâncias centrais de normatização.

Lohanne, 24 anos, relata que a afirmação de sua identidade ocorreu em meio ao trabalho agrícola:

“Eu me descobri entre a enxada e o roçado. Mas diziam que aquilo não era lugar pra ‘um menino que queria ser mulher’. No campo, ser mulher trans parece ser sempre estar fora do lugar.”

As falas demonstram que a ruralidade, embora espaço de trabalho e memória, também se constitui como território de exclusão simbólica.

A escola aparece como espaço ambíguo: simultaneamente lugar de sociabilidade e de exclusão. As participantes relataram episódios de bullying, evasão escolar e negação do nome social, o que confirma Bento (2017) ao

afirmar que a escola brasileira ainda opera como instância normalizadora dos corpos.

A escola do campo surge como espaço ambíguo. Jô, 41 anos, afirma:

“Eu gostava de estudar, mas a escola não gostava de mim. Meu nome nunca era chamado do jeito que eu era. Eu desisti porque doía mais estar lá do que ir embora.”

A negação do nome social, o bullying e a ausência de debates sobre sexualidade contribuíram para processos de evasão escolar, confirmando Bento (2017, p. 91–94), ao indicar que a escola ainda atua como dispositivo de normalização.

Débora acrescenta:

“Se tivesse tido um professor que dissesse que eu podia existir, talvez eu tivesse ficado. A escola podia ter sido abrigo, mas foi silêncio.”

Essas falas evidenciam o potencial da Educação do Campo para se constituir como espaço de acolhimento e emancipação.

No campo, tais violências ganham contornos específicos. A proximidade entre os moradores, característica das comunidades rurais, intensifica a exposição e reduz a possibilidade de anonimato. Contudo, paradoxalmente, também pode favorecer redes de solidariedade.

Apesar das dificuldades, as narrativas revelam vínculos afetivos com o território. O campo é descrito como espaço de trabalho, memória e pertencimento, ainda que atravessado por exclusões.

TRABALHO, AGRICULTURA E REINVENÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS

A inserção no mundo do trabalho constitui um dos maiores desafios para mulheres trans e travestis. As participantes relataram atuação na agricultura de subsistência, em atividades familiares e informais. Embora o trabalho no campo represente possibilidade de sobrevivência, ele ocorre, muitas vezes, à margem de direitos trabalhistas e políticas de proteção social.

As personagens relatam inserção predominante na agricultura de subsistência. Lohanne afirma:

“O trabalho na roça foi o que me manteve viva. Mas nunca me deram chance de estudar pra fazer outra coisa. Pra nós, o futuro sempre parece curto.”

O trabalho aparece como espaço de sobrevivência, mas também de limitação de projetos de vida. Ainda assim, essas mulheres reinventam papéis de gênero, tensionando a masculinização do trabalho rural e produzindo novas formas de pertencimento.

Além disso, o trabalho aparece como estratégia de permanência no território. Ao se inserirem na dinâmica produtiva local, constroem reconhecimento comunitário, ainda que parcial, e produzem visibilidade.

Nesse contexto, a experiência laboral dessas mulheres evidencia como o trabalho rural é atravessado por normas de gênero rigidamente estabelecidas. Ao ocuparem funções historicamente associadas ao masculino, elas não apenas desafiam a divisão sexual do trabalho, mas também ressignificam práticas produtivas, saberes da terra e modos de estar no campo. Essa reinvenção cotidiana desloca expectativas sociais e produz fissuras em modelos tradicionais de ruralidade.

Ao mesmo tempo, a precarização das condições de trabalho limita o acesso à autonomia econômica e à proteção social. A ausência de vínculos formais, de políticas de inclusão produtiva e de programas específicos para populações trans no meio rural contribui para a reprodução de ciclos de pobreza e dependência. Tal cenário evidencia que o reconhecimento simbólico no trabalho não se traduz, necessariamente, em garantia de direitos.

Por outro lado, as narrativas revelam que o trabalho também é espaço de produção de subjetividades, autoestima e projetos possíveis. Mesmo diante de restrições estruturais, essas mulheres constroem sentidos positivos para suas atividades, estabelecem redes de troca e elaboram estratégias para permanecer e existir no território. Assim, o trabalho no campo se configura como lugar ambíguo: simultaneamente marcado pela exploração e pela exclusão, mas também pela criação, resistência e reinvenção dos papéis sociais.

NOME SOCIAL, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL

O direito ao nome social constitui um elemento central para a dignidade da população trans. Sua negação representa uma forma de violência simbólica que compromete o acesso à saúde, educação e assistência social.

Nos contextos rurais, essa problemática é agravada pela fragilidade institucional. Falta formação aos profissionais, inexistem serviços especializados e persistem práticas discriminatórias. Azevedo (2020) ressalta que a ausência de políticas públicas no campo reforça desigualdades históricas.

Os dados indicam que pensar mulheres trans no campo é questão profundamente educacional. A Educação do Campo pode atuar no enfrentamento das violências de gênero por meio de:

- formação docente em sexualidade humana;
- reconhecimento institucional do nome social;
- construção de currículos inclusivos;
- articulação entre direitos humanos e educação camponesa.

Como afirma Arroyo (2012, p. 52–55), educar no campo é educar sujeitos concretos. Isso implica reconhecer que o campo também é plural, diverso e atravessado por dissidências.

As narrativas evidenciam dificuldades no acesso ao SUS, constrangimentos em repartições públicas e desconhecimento das normativas legais. Tal cenário demonstra a urgência de políticas interseccionais que considerem gênero, sexualidade e território.

Nesse sentido, o reconhecimento do nome social no meio rural não pode ser compreendido apenas como um procedimento administrativo, mas como um ato político-pedagógico. Ele afirma a legitimidade das identidades trans e produz impactos diretos na permanência dessas mulheres em escolas, postos de saúde, programas sociais e espaços comunitários. Quando o Estado falha nesse reconhecimento, legitima práticas de exclusão que intensificam o isolamento social e territorial.

Além disso, a construção de políticas públicas para mulheres trans no campo demanda a articulação entre diferentes áreas governamentais, superando ações fragmentadas. Saúde, educação, assistência social, trabalho e direitos humanos precisam dialogar a partir das especificidades da vida rural, considerando as dificuldades de deslocamento, o acesso precário a serviços e a forte vigilância moral presente em comunidades pequenas. Políticas universalistas, quando descoladas do território, tendem a não alcançar essas populações.

Por fim, torna-se fundamental fortalecer processos de educação popular e formação continuada que envolvam agentes comunitários, profissionais do SUS, educadores do campo e lideranças locais. Tais iniciativas podem contribuir para a desconstrução de estigmas, a disseminação de informações sobre direitos e o fomento de práticas institucionais comprometidas com a equidade. Assim, o nome social deixa de ser apenas um direito formal e passa a integrar uma política mais ampla de reconhecimento, cidadania e justiça social no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que mulheres transexuais e travestis que vivem no meio rural experienciam processos intensos e multifacetados de exclusão social, atravessados por violências de gênero, silenciamentos institucionais e desigualdades territoriais. Entretanto, suas histórias de vida também revelam a construção cotidiana de estratégias de resistência, pertencimento e reinvenção de si. Ao tornar visíveis essas trajetórias, a pesquisa rompe com representações homogêneas do campo, evidenciando-o como território plural, atravessado por disputas simbólicas, afetivas e políticas.

Conclui-se que a condição de dupla invisibilização — por identidade de gênero e por pertencimento ao meio rural — exige respostas urgentes e articuladas do poder público. Garantir o direito ao nome social, ampliar políticas de saúde, educação e trabalho no campo, bem como investir na

formação crítica de profissionais que atuam nesses territórios, constituem medidas fundamentais para o enfrentamento das desigualdades e para a efetivação da cidadania plena de mulheres trans e travestis rurais.

Dar visibilidade a essas mulheres significa reconhecer que elas “põem a cara no sol” todos os dias, produzindo existência, trabalho e dignidade em territórios historicamente marcados pela exclusão. Trata-se de afirmar que suas vidas importam, que seus saberes produzem conhecimento e que suas experiências tensionam modelos normativos de corpo, gênero, trabalho e ruralidade.

Além disso, o estudo aponta para a necessidade de ampliar investigações que articulem gênero, sexualidade e ruralidades a partir de perspectivas interseccionais. As experiências analisadas evidenciam que classe, raça, geração e acesso a terra atravessam de forma decisiva os modos de viver a transexualidade no campo, produzindo vulnerabilidades específicas, mas também formas singulares de organização, solidariedade e criação de redes de apoio.

Outro aspecto central refere-se ao reconhecimento das mulheres transsexuais e travestis como sujeitas políticas e epistemológicas. Suas narrativas não devem ser compreendidas apenas como relatos de sofrimento, mas como produções de saber que interrogam a academia, tensionam políticas públicas e desafiam leituras urbanocêntricas sobre as experiências trans. Nesse sentido, incluir essas vozes nos espaços de formulação, execução e avaliação de políticas é condição indispensável para a construção de ações efetivamente democráticas.

Por fim, ao inscrever as vivências de mulheres trans e travestis do campo no debate científico, este estudo contribui para ampliar os marcos analíticos dos estudos de gênero e das ruralidades. Reconhecer essas existências é também um gesto ético e político, que convoca o Estado, a academia e a sociedade a assumirem compromisso com práticas voltadas à justiça social, à valorização da diversidade e à construção de condições dignas de vida nos espaços rurais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2012.

AZEVEDO, A. **Preconceito de lugar e desigualdades no meio rural**. São Paulo: Cortez, 2020.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 3. ed. Salvador: Devires, 2017.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação**. Lisboa: Educa, 1987.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.